

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 644, DE 2005

Submete à elevada consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a República da Índia e Anexos, celebrado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2004 e 19 de março de 2005.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado PAULO PIMENTA

I - RELATÓRIO

Nos termos do disposto no artigo 84, inciso VIII, combinado com o artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem em epígrafe, o texto do Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a República da Índia e Anexos, celebrado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2004 e 19 de março de 2005.

Firmou-se o Acordo de Comércio Preferencial em 25 de janeiro de 2004. Os Anexos, em 19 de março de 2005, ambos em Nova Delhi. No preâmbulo, os países do Mercosul e a República da Índia deixam claro que a concessão de preferências tarifárias tem por objetivo, além da incrementação do comércio, negociações subseqüentes para o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio.

O presente instrumento internacional contém um Texto Base e cinco Anexos. O Texto Base é o chamado Acordo de Comércio Preferencial, dividido em dezoito capítulos. O primeiro capítulo reafirma o preâmbulo, observando que o presente instrumento é o primeiro passo rumo à criação de uma área de livre comércio entre o Mercosul e a Índia.

No Capítulo II, fica estabelecido que os Anexos I e II listam, respectivamente, os produtos para os quais são concedidas preferências tarifárias pelo Mercosul à República da Índia e os produtos para os quais são concedidas tais preferências pela República da Índia ao Mercosul. Todos os produtos estão classificados na conformidade do Sistema Harmonizado (SH). O artigo 7 do Acordo esclarece que as Partes não aplicarão barreiras não-tarifárias aos produtos incluídos nos Anexos, enquanto o artigo 8 estabelece que se uma Parte Contratante concluir um acordo preferencial com uma não-Parte deverá, por solicitação da outra Parte Contratante, oferecer oportunidade adequada para consultas sobre quaisquer benefícios adicionais ali concedidos.

O Capítulo V esclarece que os produtos devem cumprir regras de origem, as quais são determinadas na conformidade do Anexo III do Acordo. No capítulo VIII, o artigo 15 determina que a implementação de salvaguardas sobre a importação de produtos aos quais foram concedidas as preferências tarifárias deverão seguir as regras do Anexo IV do Acordo.

Os Capítulos IX, X e XI tratam, respectivamente, de antidumping e medidas compensatórias, barreiras técnicas ao comércio e medidas sanitárias e fitossanitárias. Os três Capítulos remetem aos Acordos do GATT 1994, ao Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, ao Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio e ao Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio (OMC), como subsidiários.

No Capítulo XII, as Partes criam um Comitê Conjunto de Administração, integrado pelo Grupo Mercado Comum do Mercosul e pelo Secretário de Comércio da Índia, com as funções de assegurar o funcionamento e implementação do Acordo; considerar e submeter às Partes as modificações e emendas ao mesmo; avaliar o processo de liberalização comercial estabelecido pelo Acordo; estudar o desenvolvimento do comércio entre as Partes e recomendar passos adicionais para a criação de uma área de

livre comércio; estabelecer mecanismos para estimular a participação ativa dos setores privados nas áreas abrangidas pelo Acordo; sugerir ações futuras relacionadas às áreas abrangidas pelo Acordo e estabelecer os órgãos subsidiários que se façam necessários.

O Capítulo XIII trata de Emendas e Modificações. Determina que qualquer Parte poderá apresentar proposta de emenda ou modificação por meio da submissão da proposta ao Comitê Conjunto de Administração e concordância mútua das Partes. O Capítulo XIV estabelece a solução de controvérsias, que serão solucionadas de acordo com as regras estabelecidas no Anexo V do Acordo.

O Acordo entrará em vigor trinta dias após a notificação formal por todas as Partes Signatárias, da conclusão de procedimentos internos necessários para essa finalidade. A denúncia será realizada com pelo menos sessenta dias de antecedência, sendo o Governo da República do Paraguai o Depositário do Acordo para o Mercosul.

Os Anexos I e II contêm 450 itens cada um, totalizando 900 linhas tarifárias. As margens de preferência estão concentradas em 10 e 20% - e até 100% para algumas linhas tarifárias. O Anexo III trata das Regras de Origem, o Anexo IV versa sobre medidas de Salvaguarda e o Anexo V sobre as regras para o mecanismo de Solução de Controvérsias.

O presente instrumento foi relatado preliminarmente na Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul pelo ilustre Senador Ramez Tebet, o qual recomendou sua aprovação.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De acordo com a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, a qual acompanha e instrui a Mensagem Presidencial, o presente Acordo, além de fortalecer o comércio bilateral, insere-se no contexto mais amplo de aproximação Brasil-Índia com o propósito de desenvolver ainda mais a parceria estratégica entre os dois países.

Destaca a Mensagem que, na área da parceria estratégica, destacam-se a promoção do Fórum IBAS (Índia – Brasil – África do Sul) e a criação dos Grupo dos Quatro, com Alemanha e Japão, sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Na esfera econômico-comercial, ambos são fundadores do G-20, grupo de países em desenvolvimento que vêm atuando de forma conjunta e com grande êxito na Organização Mundial do Comércio.

Ainda de acordo com a Mensagem Presidencial, o comércio bilateral entre Brasil e Índia oscilou entre 350 milhões e 1,2 bilhão de dólares de 1995 a 2004. A aprovação do Acordo representa o primeiro passo em direção à consolidação e ampliação da tendência de crescimento do comércio bilateral, bem como aproveitamento de potencial econômico.

A douta Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, no parecer que recomenda a aprovação do Acordo, destacou a transparência do presente instrumento internacional, a qual o reveste da necessária legitimidade social.

Em face do exposto, somos pela aprovação do texto do Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a República da Índia e Anexos, celebrado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2004 e 19 de março de 2005, nos termos do projeto de decreto legislativo que apresentamos a seguir.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado PAULO PIMENTA
Relator

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA
NACIONAL**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2006

Aprova o texto do Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a República da Índia e Anexos, celebrado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2004 e 19 de março de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a República da Índia e Anexos, celebrado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2004 e 19 de março de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo e seus Anexos, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado PAULO PIMENTA
Relator